



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Especialidade em Direito Administrativo

Unidade curricular

Direito do Contencioso Administrativo

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Fernanda F. P. Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreensão dos fundamentos, princípios, conceitos e instrumentos jurídicos do Direito do Contencioso Administrativo.

Reflexão crítica sobre a função, a adequação e a eficácia dos meios processuais

Estudo contextualizado no Direito europeu e no Direito comparado dos meios processuais

Análise dos meios processuais do Direito do Contencioso Tributário à luz do Código do Processo nos Tribunais Administrativos

Conteúdos programáticos

A justiça administrativa e os meios processuais

1. Meios processuais e tutela jurisdicional efetiva

1.1. Os meios processuais, o direito a um recurso efetivo e o direito a um processo justo na jurisprudência do TEDH

1.2. Os meios processuais nacionais e a tutela jurisdicional efetiva à luz do Direito da União Europeia

1.3. Os meios processuais e os direitos e garantias constitucionais dos administrados

2. Os meios processuais no Direito do Contencioso Administrativo português

2.1. Características gerais

2.2. Notas comparativas com o processo civil

2.3. Direitos fundamentais e tutela jurisdicional urgente

2.3.1. As ações urgentes e as intimações urgentes

2.3.2. A tutela cautelar

2.4. A ação administrativa e as suas espécies

2.5. Ações individuais, ações coletivas e ações relativas à defesa de interesses difusos

2.6. O processo executivo

2.6.1. Caracterização geral

2.6.2. A execução contra a Administração e a execução contra o particular

2.6.3. As espécies de processo executivo

3. Os meios processuais administrativos do Direito do Contencioso Tributário à luz do CPTA

4. O contencioso materialmente administrativo no Brasil e os seus instrumentos processuais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos têm a abrangência adequada ao cumprimento dos objetivos indicados. Convocam, por outro lado, uma visão reflexiva, europeia e comparada do regime português do Contencioso Administrativo. Habilita os estudantes a elaborar e a avaliar respostas processuais para situações práticas.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Articulação entre a análise teórica e o estudo de casos, a partir de hipóteses e de casos reais. Discussão oral dos temas propostos.

Avaliação através de trabalho escrito sobre tema à escolha que se inscreva no âmbito da unidade curricular. Ponderação da participação nas aulas se assim se justificar.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos e convida os estudantes à participação, ao questionamento e a uma reflexão integrada, quer europeia, quer comparada das temáticas.

Permite que obtenham uma sua compreensão aprofundada e plural matéria.

Bibliografia principal

Notas de doutrina

- AA.VV., *Comentários à revisão do ETAF e CPTA*, coordenação de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão, 2.ª edição, Lisboa, 2016;
- AA.VV., *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo*, coordenação de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão, 3ª ed., Vol. I e II Lisboa, 2016;
- Aroso de Almeida, Mário, *Manual de Processo Administrativo*, 3ª edição, Coimbra, 2017;
- Neves, AF, “O processo judicial administrativo na jurisprudência do TEDH”, *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos*, Volume I, Lisboa, Almedina, pp. 929-954;
- Neves, AF, “Notas sobre a reclamação e os recursos administrativos a luz do direito europeu”, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, comissão organizadora Paulo Otero, Carla Amado Gomes, Tiago Serrão, Coimbra, Almedina, 2015, pp 45-72 (Estudos de homenagem).
- Perlingeiro, Ricardo, “A justiça administrativa brasileira comparada” (Comparative Administrative Justice in Brazil) (May 1, 2012). Revista *Scientia Iuridica* (Portugal), Ano LXIV, v. 337, p.5 - 31, jan./abr. 2015. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2196803>;
- Sérvulo Correia, José Manuel, *Direito do Contencioso Administrativo*, Volume I, Lisboa, Lex, 2005;
- Silva, Vasco Pereira da, *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise (Ensaio sobre as Ações no Novo Processo Administrativo)*, Lisboa, Almedina, 2016, reimpressão da 2.ª edição de 2009;
- Sousa, Jorge Lopes de, *Código do Procedimento e Processo Tributário Anotado e Comentado*, 6.ª edição, 2011, Vols. I a IV;
- Vieira de Andrade, José Carlos, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 15ª ed., Coimbra, Almedina, 2016.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Zrvandyan, Arman, Casebook on European fair trial standards in administrative justice, Council of Europe – Folke Bernadotte Academy, December 2016.

Links úteis

- http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_etaf_cpta.php - com indicações legislativas e doutrinárias (algumas online) sobre a reforma de 2015;
- <http://www.dgsi.pt> - jurisprudência do STA e dos TCA;
- <http://curia.europa.eu/> - jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral da UE;
- <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home> – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem;
- <http://e-publica.pt/> -Revista Eletrónica de Direito Público.